

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL – UMA VISÃO HISTÓRICA

Nilda Alves¹

Pensada como importante, pela editora-chefe de TEIAS, por ajudar no conhecimento da temática deste número da revista, essa entrevista foi organizada por Nilda Alves, com o atual Coordenador do GT 21 – Afro-brasileiros e Educação, da ANPEd, Prof. Dr. Ahyas Siss, professor da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Entendeu-se que ela traria a posição do movimento, em sua representação em nossa Associação maior, nas pesquisas sobre a temática e quanto ao momento político nacional, em uma visão histórica. Compreendendo a importância disto, em prazo curtíssimo, o Prof. Dr. Ahyas Siss nos deu as respostas necessárias, ao que lhe somos imensamente gratos.

Teias: Começando pelo “estado da arte” das discussões acerca dos afrodescendentes e suas relações com a educação no Brasil.

Ahyas Siss: É muito difícil falar sobre o “estado da arte” das discussões acerca dos afrodescendentes no Brasil e suas relações estabelecidas com a educação não é um fato recente, posto que está presente em toda a história da educação brasileira, tensionando-a enquanto processo e enquanto política pública. Essa discussão está inserida, ainda, em um campo muito vasto, com produções que se situam em todas as áreas do conhecimento, indo das Ciências Humanas, até as denominadas “outros”, pelo CNPq. Entretanto, é possível fazer-se um breve levantamento dessa discussão, principalmente se estabelecermos como critério de “corte” os anos imediatamente anteriores ao emprego, ou à utilização mais freqüente, do termo afrodescendentes, para designar os descendentes de africanos nascidos no Brasil ou, *lato sensu*, como eufemismo para negro.

São paradigmáticas, nesse sentido, as marchas contra “a farsa da abolição” e pelo fim das desigualdades raciais e sociais. Promovidas pelo Movimento Negro, em 1988, elas tiveram lugar no Rio de Janeiro e em São Paulo. Para além da participação de significativa parcela dos afro-brasileiros, essas mobilizações contaram com expressivo número de outros sujeitos sociais coletivos, como partidos políticos (PT, PDT, PC do B, PSB e outros), alguns membros de instituições religiosas (padres católicos, alguns pastores, mães e pais de santo) e de membros de sindicatos como o dos professores (SEPE), etc. Já a produção de análises acadêmicas e de pesquisas de vulto nessa década, elaboradas por pesquisadores Afro-brasileiros ou não e por intelectuais do Movimento Negro nacional, relativos à educação em geral e à educação de negros e mestiços em particular, passam por um crescimento significativo.

Ao longo dessa década, pesquisadores e intelectuais, Afro-brasileiros ou não, se reúnem em encontros, sessões de estudos, seminários e congressos, como por exemplo os ocorridos nas cidades de Porto Alegre nos anos de 1984 e 1985, de Botucatu, em 1985, de Belo Horizonte, em 1987 e, novamente em Porto Alegre, em 1988, nos quais foram analisadas as múltiplas relações estabeleci-

¹ Professora titular da UERJ; Coordenadora do Laboratório Educação e Imagem.

das entre educação, práticas pedagógicas, relações raciais e a formação de professores. Dessas atividades desenvolvidas por esses pesquisadores resultaram publicações e protocolos de intenção apresentados ao MEC/FAE e assinados em Brasília, como nos lembra a professora Petronilha Silva, em bela obra.

O prof. Luiz Alberto Gonçalves afirma que, na segunda metade da década de 80, quatro grandes campos de pesquisa estavam bem definidos na área das relações étnico/raciais e educação: o dos “Diagnósticos”, o dos “Materiais Didáticos”, o da “Formação de Identidades” e o dos “Estereótipos”. O campo dos “Diagnósticos” era definido por pesquisadores que elaboravam “*diagnósticos da situação educacional dos negros no Brasil*”. Os resultados dessas pesquisas tornavam evidentes que o acesso de crianças brancas e Afro-brasileiras ao sistema de ensino era diferenciado, com os Afro-brasileiros freqüentando escolas públicas de periferia, que não contavam com professores habilitados, possuíam materiais didáticos deficientes, ou de baixa qualidade e não contavam com instalações adequadas. Utilizando-se, principalmente, de análises quantitativas, esses pesquisadores tornavam evidente que as trajetórias escolares dos Afro-brasileiros, quando comparadas com as dos membros grupo racial/étnico branco apresentavam-se acidentadas, marcadas por elevados índices de repetência e de evasão e quais os mecanismos que concorriam para tanto. As pesquisas realizadas por Carlos Hasenbalg e por Nelson do Valle Silva, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos e por pesquisadores da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, são paradigmáticas nesse campo.

O segundo campo, o dos “**Materiais Didáticos**” era configurado por pesquisas fundamentadas em Althusser e na “teoria da reprodução” de Bourdieu. Desnudando as ideologias que subjazem aos textos didáticos, essas pesquisas apontavam na direção dos livros didáticos e demais materiais pedagógicos como mecanismos de reprodução do sistema ao veicularem preconceitos de raça e de classe, colocando os Afro-brasileiros, os indígenas, as mulheres e os operários em situação de inferioridade, naturalizando as desigualdades.

Congregando pesquisadores de várias áreas do conhecimento, o campo da “**Formação de Identidades**” foi o mais tensionado. Esses pesquisadores se impunham à tarefa de investigar e analisar questões como: de que forma se constrói a identidade dos Afro-brasileiros, tanto no espaço escolar como fora dele? Pensando os processos educativos, não só como aqueles que ocorrem na escola, mas também fora desse espaço, esses pesquisadores buscavam compreender como é possível influenciar-se no desenvolvimento da auto-estima das crianças Afro-brasileiras nos vários espaços educativos.

O quarto campo, o dos **Estereótipos**, reunia pesquisadores preocupados com a imagem dos Afro-brasileiros nos veículos de comunicação de massa, como a televisão e a mídia em geral. Entendiam eles que, tanto a televisão como os jornais e revistas competiam com a escola na formação e veiculação dos estereótipos negativos em relação à população Afro-brasileira. Entendiam, ainda, serem fortes, tensas e incontestáveis as relações entre Educação, Diversidade e as reivindicações do Movimento Negro nacional.

Na década de 90, análises acadêmicas, qualitativas e quantitativas mais aprofundadas sobre as desigualdades e as relações raciais no Brasil, com ênfase na educação dos Afro-brasileiros, realizadas, principalmente por pesquisadores afro-brasileiros (negros), comprovam que os membros desse grupo racial continuam a ocupar posições indesejáveis e iníquas na sociedade brasileira. Na

esfera da educação, a produção de análises acadêmicas relacionadas ao binômio “desigualdades raciais-educação”, elaboradas por pesquisadores afro-brasileiros ou não, conheceu um crescimento significativo. As diversas organizações do Movimento Negro nacional, por outro lado, vêm desenvolvendo análises críticas nessa área, impactando, de forma positiva, a produção acadêmica desse período. Entretanto, para além da diagnose e da denúncia, a produção dessa área passa a ser mais propositiva. Para isso, muito contribuiu a entrada do multiculturalismo em cena nas últimas décadas do século passado, o que aparece nos trabalhos dos intelectuais da área nesse período. É também nesse período que aparecem, ainda que timidamente, produções que gravitam na órbita do interculturalismo. O aparecimento dessa produção marcará um debate saudável entre multiculturalismo e interculturalismo nas reuniões seguintes no âmbito da ANPED e que ainda hoje persiste, concorrendo para tensionar a produção situada na área das Relações Raciais e Educação dos Afro-brasileiros. É quando, também, o termo afrodescendente passa a ser mais largamente utilizado em trabalhos acadêmicos e na mídia.

Em meados da última década do século passado, a discussão sobre políticas de ação afirmativa e de cotas para negros no ensino superior, começa a ganhar fôlego. Entretanto, e sem sombra de dúvidas, a partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, as pesquisas, acadêmicas ou não, voltadas para o binômio “ação afirmativa-cotas” para afrodescendentes no ensino superior sofrerão um incremento positivo. Discute-se o caráter de tais políticas públicas, se elas se configuram como mecanismo de democratização do acesso e da permanência de Afro-brasileiros ao ensino superior, os financiamentos dessas políticas, bem como se as cotas devem ser enviadas étnico/racialmente, socialmente, se devem conjugar ambas as categorias, ou até mesmo, se tais políticas devem continuar existindo. Esse é o panorama atual da área, em rápidos traços.

Teias: Qual é a importância da constituição do GT na ANPED para o encaminhamento das questões relativas à temática?

Ahyas Siss: O Grupo de Trabalho (GT) 21 da ANPED, intitulado Afro-Brasileiros, foi criado na 24ª Reunião Anual da nossa Associação, na gestão da professora Nilda Alves. Ele é integrado por pesquisadores e pesquisadoras afro-brasileiros(as), ou não, cuja produção científica está localizada na área das Relações Étnico/Raciais e Educação. Esse GT foi criado vinte e seis anos após a fundação da ANPED, como Grupo de Estudos 21 (GE 21), então denominado Relações Raciais/Étnicas e Educação. Dois anos após sua criação, passou à categoria de Grupo de Trabalho (GT) com a denominação atual. O então GE Relações Raciais/Étnicas e Educação foi fundado com o apoio de mais de quinhentos associados individuais e por inúmeras instituições de pesquisa científica iniciando suas atividades durante a 25ª Reunião Anual da ANPED. Sua fundação foi precedida de amplos debates, congregando a maioria significativa dos pesquisadores dessa área, presentes naquela reunião. Ao ser criado, os membros desse GE elegeram as associadas Professoras Doutoras Iolanda de Oliveira e Maria Lúcia Rodrigues Muller como Coordenadora e Vice-Coordenadora do GE, respectivamente, com os pesquisadores da área podendo contar, então, com um espaço próprio para o debate e encaminhamento específicos da área das relações étnico/raciais e educação o que, até então, não existia.

Os pesquisadores do GT 21, até então, estavam dispersos em diferentes Grupos de Trabalho. Muito embora houvesse receptividade desses diferentes GTs aos pesquisadores da área de Relações Étnico/Raciais e Educação, as questões de interesse particular da educação dos afro-brasileiros não

eram prioridade desses GTs. Aqui encontramos um primeiro determinante do movimento desses intelectuais pela criação de um Grupo de Trabalho que atendesse essa demanda represada da área. Um levantamento e análise de documentos e informações disponíveis na base de dados da ANPEd indicam que, ao longo de sua existência, vários foram os GTs que concederam abrigo institucional aos pesquisadores da área de Relações Raciais e Educação dos Afro-brasileiros. A análise dos dados disponíveis aponta, também, na direção da precariedade desse abrigo. Caso a participação desses pesquisadores se ampliasse, os próprios GTs corriam o risco de se desfigurarem enquanto Grupo de Trabalho, com temática específica, no âmbito da Associação.

Por outro lado tem-se, a partir do final da década de 1990, a realização do Concurso Negro e Educação, mais precisamente a partir de 1999, promovido pela ANPEd/Ação Educativa, com financiamento da Fundação Ford. O objetivo do concurso foi ampliar o quadro de pesquisadores na área, abrangendo iniciantes, graduados, metrandos, mestres e doutorandos. O GT emerge, portanto, também deste contexto, como um dos espaços destinados à consolidação da formação dos egressos do concurso. Outro acontecimento datado do início do século XXI que contribuiu para a criação do GT foi o Programa Políticas da Cor, realizado pelo Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, em 2002, que selecionou projetos de ingresso e permanência de alunos negros na Universidade, oportunizando aos bolsistas negros graduandos dos cursos de licenciatura a participarem da ANPEd, como parte da sua formação política.

Na 25ª Reunião Anual da ANPEd, oito trabalhos foram apresentados e discutidos no então recém-fundado GE 21. Já na 26ª Reunião Anual (RA) da ANPEd, os resultados de nove pesquisas foram apresentados no âmbito do ainda GE 21, sendo alvo de grandes debates. A vigésima sétima 27ª Reunião Anual da ANPEd, realizada no ano de 2004, marcou a passagem do Grupo de Estudos 21 para a categoria Grupo de Trabalho. Firmávamo-nos como mais um Grupo de Trabalho da ANPEd, agora denominado Afro-brasileiros e Educação. Dos trabalhos apresentados nessa RA, dez deles foram apresentados no âmbito do novo GT. Na 28ª Reunião Anual da ANPEd, o GT 21 contribuiu com a apresentação de trinta trabalhos e, na 29ª RA da ANPEd, o GT contou com a apresentação de doze pesquisas. Na 30ª RA, seis pesquisas foram apresentadas e tiveram seus resultados discutidos no GT, uma vez que o GT optou pela apresentação de trabalhos encomendados. Vários dos trabalhos apresentados no GT tiveram sua versão em livros, contribuindo para a construção do conhecimento na área. O GT vem, por outro lado, se consolidando como importante interlocutor acadêmico junto ao MEC, à ANPEd e à sociedade mais ampla.

Teias: A seu ver, quais são as perspectivas de fortalecimento do campo, considerando a legislação, a correlação de forças políticas e o acúmulo acadêmico?

Ahyas Siss: Nas Ciências Humanas, a área das Relações Étnico/Raciais e Educação ainda não foi instituída, embora haja demanda e acúmulo de conhecimento no campo. Papel importante nesse processo vem sendo desempenhado pelos NEABs, ou NEABIs – Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, ou Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – existentes na maioria das universidades brasileiras. Esses núcleos têm, entre outros objetivos, produzir, incentivar e acompanhar as políticas de ação afirmativa, desenvolvidas nas universidades onde se situam, favorecendo o aprendizado da Cultura Afro-Brasileira e Africana. Eles atuam ainda, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo e divulgando conhecimentos localizados na confluência das áreas de desigualdades e diversidades étnico/raciais e da educação, em consonância com o que é preconizado pela

Lei 10.639/03, supostamente ampliado pela Lei 11.645/08. O campo vem se fortalecendo acadêmica e politicamente ao longo do tempo, além do estabelecimento de parcerias. Há, também, algumas poucas iniciativas legais que vêm fortalecendo o campo, como, por exemplo, o Plano Nacional de Ampliação da Implementação das Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico/Raciais, que conta com a participação da ANPED e do GT 21. Há o Projeto de Lei 73/1999, chamado genericamente de Lei das Cotas. Há o Projeto de Lei 3198/00, que cria o Estatuto da Igualdade Racial havendo, também, o Programa Diversidade na Universidade, o Concurso Negro e Educação e os editais UNIAFRO para se ficar só nesses.

O Plano Nacional de Ampliação da Implementação das Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico/Raciais está sendo estruturado por um Grupo de Trabalho Interministerial integrado, dentre outros, pela ANPED, GT 21 e a ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Até o final do mês de junho de 2008, este documento-referência deverá incorporar as sugestões recolhidas por meio dos “Diálogos Regionais” que estão ocorrendo em vários estados e no mês de julho ocorrerá um encontro nacional sobre a Implementação de tais Diretrizes e da Lei 11 645/08. Três são os objetivos principais desse Plano, a saber: a) garantir a institucionalização das Leis 10.639-2003 e 11.645/08 no âmbito de todo o Ministério da Educação e nas gestões municipais e estaduais de educação, garantindo condições adequadas para seu pleno desenvolvimento como política de Estado; b) fortalecer o papel promotor e indutor do MEC com relação à efetiva implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura Afro-brasileira e africana em todo o país e; c) acelerar o ritmo de implementação da Lei 9394/96 (LDB), alterada pelas Leis 10.639/03 e 11 645/08, em todo o território nacional, de forma a cumprir o previsto na Resolução 01/2004 do Conselho Nacional de Educação.

O Projeto de Lei 73/1999, de autoria da Deputada Nice Lobão, institui reservas de vagas para estudantes de escolas públicas e afrodescendentes nas universidades federais. Já o PL 3198/00, da autoria de Paulo Pahin, é nosso velho conhecido e cria o Estatuto da Igualdade Racial. Ambos não possuem data definida para votação e tramitam no Congresso Nacional. Por sua vez, o Programa Diversidade na Universidade, criado pelo MEC, possui objetivos ambiciosos: defender a inclusão social e combater as exclusões social, étnica e racial. Para atingir esses objetivos, o MEC se propõe a repassar recursos de até US\$ 100 mil para instituições de ensino que tenham experiência mínima de um ano na gestão de projetos educativos destinados aos grupos socialmente desfavorecidos. Essas instituições devem possuir, entre os alunos matriculados, um mínimo de 51% de afrodescendentes ou indígenas e repassar a esses alunos um percentual que varia entre 40% e 50% na forma de bolsa de manutenção pelas secretarias de Educação Superior (SESu/MEC) e de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) vêm se constituindo como importante mecanismo de apoio aos NEABIs – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas que, de outra forma, não têm como encaminhar suas demandas com sucesso, uma vez que, como já foi dito, ainda não existe a área de relações Étnico/Raciais e Educação. Entretanto, os recursos disponibilizados pelo UNIAFRO vêm se tornando restritos, ou seja, menores, a cada um dos editais. É verdade que algumas das iniciativas aqui relacionadas apenas espetacularizam as relações étnico/raciais e suas relações com a educação. Outras, entretanto, vêm dando resultados práticos e influenciando a correlação de forças que operam nesse campo. A meu juízo, porém, entendo que todas essas iniciativas conferem visibilidade ao campo e vêm colocando a temática progressivamente na “ordem do dia”.

Teias: Encerrando, começamos por reafirmar a importância do conhecimento das políticas e das pesquisas sobre as relações Afro-brasileiros e Educação para todos e todas nós e não somente para aqueles cujos ancestrais vieram da África, já que nesse movimento e nos problemas que dele surgiram, em sua negatividade máxima (o racismo) ou sua positividade (heranças culturais ricas), afetam a todos nós, embora de modos diferentes. Por fim, queremos agradecer a pronta e competente resposta do Prof. Dr. Ahyas Siss a nossa proposta para a realização desta entrevista, cujo trabalho coube todo a ele, que nos respondeu por escrito às perguntas feitas.